

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v21i38.1205>**TEMAS DA HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE NOS SÉCULOS XX E XXI**

ERCÍLIO NEVES BRANDÃO LANGA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8537-0996>

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
(Unilab)

São Francisco do Conde/Bahia/Brasil

Ercilio.langa@unilab.edu.br

ANDRÉ VICTORINO MINDOSO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2969-5187>

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Universidade Rovuma (UniRovuma)

Nampula/Moçambique

amindoso@hotmail.com

Em 2025, Moçambique completará meio século de independência da colonização portuguesa. Hoje, distintas análises apontam que o projeto de independência, a sua missão histórica de emancipação política, econômica e social, sonhada em 1975, chegou ao fim. Este dossiê traz temas e debates que dominaram a história de Moçambique após a independência do país da colonização portuguesa até a atualidade, nas áreas das Ciências Sociais e Humanas. Interessaram a este dossiê pesquisas acerca dos fenômenos políticos, econômicos, sociais, militares etc.

As independências de Moçambique e de Angola em 1975, em pleno auge da Guerra-Fria, representaram uma mudança e diversos desafios para a África Austral. De um lado, Estados vizinhos amigos, como Tanzânia e Zâmbia, bem como a maioria das populações negras da Rodésia e África do Sul, regozijaram-se. Por outro, os governos minoritários brancos da Rodésia e da África do Sul viam nas independências e processos revolucionários moçambicano e angolano ameaças aos seus projetos de dominação nacionais e de hegemonia político-econômica e militar regionais. Nesse cenário, Frelimo, o partido-Estado moçambicano, buscou apoios a seus aliados naturais do bloco socialista – China, URSS, Cuba, Argélia, Nigéria, Congo, Tanzânia e Zâmbia –, os quais apoiaram a luta de libertação contra a colonização portuguesa.

Diante das agressões externas dos Estados vizinhos da Rodésia, primeiro e, depois, da África do Sul do apartheid, Moçambique teve na URSS o seu principal parceiro econômico, político e militar. A guerra colonial que durou uma década, a

independência alcançada por meio de uma guerra colonial violenta diante da recusa do regime colonial português em negociar uma transição pacífica, o sentimento de vitória contra o colonialismo português, a Guerra-Fria, as agressões externas, a adoção do modelo monopartidário e a via socialista de desenvolvimento e os ataques da Renamo conduziram à radicalização política do Estado moçambicano pós-independência, à adoção do marxismo-leninismo, a uma vigilância constante dos cidadãos e ao sentimento de insegurança interna. A tentativa de edificação de uma sociedade socialista levou à implementação de programas, como criação do ‘homem novo’, socialização do campo, aldeias comunais, cooperativas de produção e estruturas político-partidárias de controle interno, bairral, local, distrital e provincial. Apoiada pela Rodésia, depois pela África do Sul e, num terceiro momento, pelo Malawi, aos poucos, os ataques armados da Renamo transformaram-se em uma guerra-civil que durou 16 anos.

Assim, entre 1975 e 1992, Moçambique vivenciou uma realidade marcada por tensões com a Rodésia, a África do Sul e com o Malawi, uma guerra civil entre a Frelimo e a Renamo. Mas também por relações de amizade e cooperação com a Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, principalmente na área de defesa e segurança, com presença de tropas desses países no território moçambicano. No início da década de 1980, a crise no bloco soviético europeu, liderado pela URSS, e o apoio econômico e militar insuficiente levaram o Estado moçambicano a acordos com o regime do apartheid, com o Ocidente e, depois, com as Instituições de Bretton Woods. Aos poucos, Moçambique distanciou-se da URSS e do bloco socialista, abandonou o socialismo e realizou uma abertura político-econômica. O Estado aderiu ao neoliberalismo, implementou programas de ajustamento estrutural do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), privatizou empresas e setores da economia e abriu-se ao multipartidarismo. A nova Constituição pluripartidária de 1990, o Acordo Geral de Paz de 1992 entre a Frelimo-Estado moçambicano e a Renamo, além da realização das primeiras eleições multipartidárias, em 1994, inauguram uma nova etapa em Moçambique. Para essas transições, contribuíram as mudanças sistêmicas e regionais, como o fim da Guerra-Fria e do apartheid na África do Sul, a Agenda para a Paz da ONU de Boutros Boutros-Ghali e a hegemonia do modelo da Pax neoliberal difundido pelo mundo. Desde então, Moçambique vem realizando eleições presidenciais, legislativas e municipais com regularidade, ainda que tal processo não se traduza em uma democratização do país.

A chamada recebeu artigos com temáticas diversas sobre Moçambique e África. Selecionamos os textos conforme as normas da Revista Outros Tempos, tentando ser fiel às suas exigências. Os artigos aceites para este dossiê apresentam distintas temáticas sociais, políticas, econômicas, culturais, militares e acadêmicas. Eles refletem a trajetória histórica de Moçambique, do período pós-independência até a atualidade. O período pós-independência, socialista, é o mais estudado e analisado pelos estudiosos moçambicanos e internacionais. E este dossiê não fugiu a essa regra.

No primeiro artigo, intitulado *A Política Externa de Moçambique no Contexto Global: continuidade e descontinuidade*, Domício Chongo faz uma reflexão sobre o globalismo e a política externa de Moçambique. Conforme o autor, o artigo busca repensar o passado, questionando os motivos que levaram o Estado moçambicano a mudar a sua política externa no contexto global. Na sua ótica, a transição do regime autoritário foi um marco importante para mudanças na política externa do país, assim como o fim da Guerra-Fria, o liberalismo democrático na Europa e o descrédito do marxismo no mundo. Chongo destaca os fatores internos e externos que impulsionaram a mudança política e a implantação da democracia, assim como a política externa.

Em seguida, em *A Formação das Forças Armadas de Moçambique: a constituição da instituição militar no pós-independência (1975-1992)*, Adriano Freixo e Énio Chingotuane abordam o processo de formação e as trajetórias das Forças Armadas de Moçambique, a partir dos fatores que influenciaram e estruturaram os seus distintos ramos. Partem da hipótese de que a formação das Forças Armadas obedeceu à urgência e necessidades imediatas, num cenário em que a ação do Estado foi sempre reativa. Os autores apontam os fatores internos e externos que condicionaram os processos de tomada de decisão, bem como as escolhas possíveis do Governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) no período pós-independência.

No terceiro artigo, escrito em língua inglesa, com o título *The Slow Approach: Mozambique's contribution to Operation Zimbabwe and the new basis for relations with the West*, Luca Bussotti analisa a aproximação de Moçambique ao mundo ocidental a partir da década de 1980, durante a Guerra-Fria, por meio do protagonismo do presidente Samora Machel no processo de independência do Zimbabwe. Os autores apontam a estratégia de Samora, como exemplo de que países pequenos e periféricos, como Moçambique, podem desempenhar uma liderança ativa na geopolítica mundial. A partir de uma perspectiva da História Política e da análise do discurso dos documentos

do Departamento de Estado norte-americano, apontam que, ao colaborar com o Reino Unido e EUA, Moçambique rompia com a URSS em nome do interesse nacional. Dessa forma, a questão rodesiana representou a virada na política externa moçambicana, a qual passou a estabelecer relações com novos parceiros: o mundo ocidental.

No quarto artigo, intitulado *História de Moçambique Independente: análise comparativa da produção de conhecimento do CEA e do CEEI*, o estudioso Ercílio Langa analisa comparativamente a produção de conhecimento de dois dos principais centros de pesquisa na área das Ciências Sociais e Humanas em Moçambique entre 1976 e 1990, o CEA e o CEEI. Conforme o autor, essas duas escolas de pensamento foram importantes para compreender a história político-econômica e a inserção regional de Moçambique na África Austral. Contudo, divergiram acerca da atuação do Estado moçambicano na política doméstica e externa, na econômica e, principalmente, a respeito da guerra-civil, em meio às transições sistêmicas mundiais, regionais e domésticas. Mesmo assim, a atuação dos dois centros foi permeada por influência político-ideológica, com interferência na autonomia e na liberdade acadêmica. O autor destaca a existência de uma terceira escola de pensamento, que influenciou a forma de pensar Moçambique.

Com o quinto artigo, denominado *A Política das Aldeias Comunais como proposta de Urbanização do Meio Rural no Moçambique Socialista (1975-1986)*, Cardoso Armando estuda a política das aldeias comunais como uma proposta de urbanização do meio rural no Moçambique socialista. O autor parte da hipótese de que a política das aldeias comunais surge, por um lado, como uma forma de organização da população camponesa e de controle desta para facilitar o provimento de serviços sociais básicos e, por outro, como forma de redistribuir a população rural para uma relação equilibrada com os recursos naturais. Inspiradas na experiência da vizinha Tanzânia, as aldeias comunais deveriam assentar na produção coletiva. Contudo, essa política enfrentou forte resistência das populações, pois representavam uma forma de violência cultural e restrições às liberdades individuais e coletivas.

Já, em *A Instrumentalização dos Chefes Costumeiros pelos Partidos Políticos, Governo e o Estado, em Contextos Eleitorais no Distrito de Homoíne (Moçambique) – 1994-2014*, Dércio Alberto investiga a dinâmica da instrumentalização dos chefes tradicionais pelos partidos políticos, governo e Estado nos períodos eleitorais em Moçambique. Após a independência, os chefes tradicionais foram execrados pelo

Estado como colaboradores da colonização portuguesa, perdendo legitimidade e prestígio. Com a transição multipartidária, houve uma mudança da postura estatal, com o resgate dessas autoridades pelos partidos políticos para a conquista do voto das comunidades, resultando na sua instrumentalização político-partidária. À medida que se realizam eleições, os partidos passam a buscar as bênçãos dos chefes tradicionais durante as campanhas, envolvendo-se em cerimônias tradicionais, inauguração de infraestrutura sociais etc., tentando, assim, angariar o apoio dos chefes tradicionais e das comunidades locais. Desse modo, as autoridades tradicionais têm sido instrumentalizadas pelos partidos, governo e Estado, na implementação de planos e projetos governativos.

No sétimo artigo deste dossiê – *Festas Populares entre os Tsonga: a "espetacularização" da cultura no Moçambique contemporâneo* – x Dulcídio Cossa analisa as festas populares entre os Tsonga e a espetacularização da cultura no Moçambique contemporâneo. Para o autor, os rituais e as festas populares no sul do país apresentam-se como meios de espetacularização da cultura, a partir da perspectiva de antropólogos da análise situacional. Usando a descrição etnográfica, este antropólogo observou os rituais e as festas, apontando os objetivos de cada ritual, e como eles vêm perdurando ao longo dos anos. Concluiu que esses eventos performáticos constituem processos fluidos e flexíveis, indicando uma continuidade entre o ritual, a festa e a vida cotidiana, ao mesmo tempo em que refletem a espetacularização da cultura moçambicana.

Por sua vez, no texto *"Há Muita Terra aí..." – Corredores de Crescimento Agrário e a (Re)produção de vazios: uma reflexão a partir do Corredor de Nacala*, Hélio Maúngue analisa o corredor de desenvolvimento de Nacala, no norte de Moçambique, sob a perspectiva do desenvolvimento agrícola. A partir de trabalho de campo na região, o autor procurou compreender os processos de transformação social, desenvolvimento rural e agrícola e a implementação de corredores de crescimento agrário. O seu foco de análise foram as condições de produção e de vida dos pequenos produtores. Nesse sentido, constata a existência de um discurso estatal de que há lugares vazios e muita terra, que poderiam servir aos interesses estrangeiros. Contudo, tais terras sempre foram ocupadas de forma tradicional ou costumeira pelas comunidades. Assim, os dados de campo demonstram que não existem terras vazias, prontas para

receber investimentos agrícolas, chamando atenção para a usurpação e expropriação de terras dos pequenos agricultores moçambicanos.

No nono artigo intitulado *Conceitualizando o Ubuntu Afro-Austral para uma nova visão dos direitos humanos em Moçambique*, Armênio da Roda e Orlando do Rosário Sebastião buscam apresentar os diferentes conceitos da Filosofia Ubuntu e a sua conformação com a lógica dos direitos humanos, sobretudo em Moçambique. Por outro lado, o artigo caracteriza e analisa Ubuntu enquanto conjunto organizado de princípios e normas ético-morais, no que concerne à sua construção histórica e teórico-conceitual. O texto concede enfoque ao resgate do conceito no período após as transições político-econômicas em África, nos anos 1990, com especial atenção para a República de Moçambique. Define, ainda, *Ubuntu/Umntu* como um princípio que posiciona a vida de todos os entes, que habitam o planeta terra, incluindo toda a família humana, e não propriamente somente a dos seres humanos. Portanto, Ubuntu defende e salvaguarda valores como humanismo, dignidade, alteridade, comunitariedade, solidariedade e a interculturalidade, à luz da cosmovisão africana da vida, no seu sentido. Por fim, traz contribuições do Ubuntu no processo de transição e democratização do Estado Moçambicano.

No último artigo deste dossiê –*Coronavírus no Continente Africano: um panorama sobre os primeiros seis meses da pandemia de Covid-19* –Edgar Braga analisa os efeitos da pandemia do Covid-19 nos países africanos na imprensa brasileira, sob a ótica das crises econômica, política e ética provocada por esse vírus. De acordo com o autor, houve uma invisibilização por parte da imprensa brasileira acerca dos efeitos da pandemia do Covid-19, por conta do racismo estrutural que marca a sociedade brasileira. As crises geradas pela Covid-19 em África seriam semelhantes às daquelas de outros continentes, porém, as particularidades africanas ora atrapalharam, ora facilitariam o combate à doença.

Na seção Estudo de Caso com o título *História da Economia Socialista Moçambicana*, Tomé Maloa e Joaquim Maloa analisam a história da economia socialista em Moçambique entre 1975 e 1986. O estudo faz uma abordagem das alternativas estruturais do modelo de desenvolvimento socialista em Moçambique no período pós-independência, por meio da inscrição das formas de organização econômica como as cooperativas, as aldeias comunais e os planos de desenvolvimento econômico e social. Essas estratégias de organização econômica e social eram anticapitalistas e

visavam o aproveitamento mais racional e eficaz dos recursos humanos, materiais e financeiros existentes. Contudo, as estratégias se mostraram irrealistas, caracterizadas pela baixa produtividade e absentismo. O trabalho coletivo era obrigatório e pouco rentável para os aldeões, que se mostraram pouco motivados ao cooperativismo.

Em *Escrever é um voo para o desconhecido*, Jane dos Santos entrevistou a romancista moçambicana Paulina Chiziane, que falou sobre a sua aventura na escrita, o respeito e amor por Moçambique e o desejo de apresentar a dicção e as vivências do seu povo. Paulina, cuja escrita perpassa questões sociais e éticas no Moçambique independente, a partir do seu lugar de fala enquanto mulher moçambicana, é oriunda de uma linhagem patrilinear do sul do país. Na entrevista realizada no Brasil, Paulina aborda a sua visão acerca de África e da sociedade moçambicana em particular, com suas distinções: o norte e o sul, as linhagens matrilineares e patrilineares, o tradicional e o moderno, o campo e a cidade, a monogamia e a poligamia etc. Nesta entrevista, a escritora moçambicana discorre sobre os diversos assuntos que permeiam as suas obras, desde relações afetivas, religião, mas também a sua relação com o Brasil e a sororidade com as mulheres e escritoras negras brasileiras.

Já na *Entrevista com Rui Pereira*, Jefferson Virgílio entrevistou o professor português e africanista Rui Pereira, recentemente falecido. Pereira, um antropólogo com experiência e várias obras sobre a realidade étnico-cultural do Moçambique colonial, país onde viveu a sua infância e parte da adolescência. Na entrevista, Pereira aborda o seu contato com o espólio não publicado do antropólogo português Jorge Dias, especialista na realidade de grupos etnolinguísticos como os makonde de Moçambique. Pereira aborda a relação da antropologia portuguesa com o regime colonial e a colonização de África. Pereira aponta, também, o trabalho de antropólogos europeus críticos à colonização portuguesa em África, ainda que trabalhassem sob os auspícios desse regime. Na entrevista, Pereira demonstra a superação de uma antropologia colonial portuguesa, essencialmente física, por uma antropologia cultural e etnologia, que buscava o conhecimento para além da lógica da dominação.

Por último, na resenha de livro intitulada *Um Novo Cinema para uma Nova Nação*, a mestrandia Itamiris Cantanhede aborda o cinema moçambicano no período pós-independência. A resenha baseada na obra *CineGrafias moçambicanas: memórias & crônicas & ensaios*, organizada por Carmen Secco, Ana Mafalda Leite e Luís Carlos Patraquim. Essa obra pioneira aborda o cinema moçambicano desde o período colonial,

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 121-128. ISSN: 1808-8031

perpassando a guerra de libertação contra a colonização, o período pós-independência capitaneado pelo Estado, até o século XXI e, o cinema independente. A obra, de capital importância, permite a compreensão da representação da história de Moçambique enquanto nação por via do cinema e de seus cineastas, das salas de cinema, das temáticas abordadas e da relação com a política vigente no país etc.

Com este instigante roteiro, convidamos os leitores e leitoras a conhecerem alguns dos aspectos riquíssimos da História de Moçambique.

Tenham uma boa leitura!